

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 10, número 1 (2019)

ISSN: 2177-2886

Artigo

Dinâmicas Femininas e Segregação Socioespacial: Reflexão a partir do Conjunto Habitacional Vista Bela – Londrina, Paraná

*Dinámicas Femeninas y Segregación Socio Espacial:
Reflexión a partir del Conjunto Habitacional Vista Bela
– Londrinas, Paraná*

*Feminine Dynamics and Socio-Spatial Segregation: A
Reflection from the Housing Project Vista Bela –
Londrina, Paraná*

Viviane Margarida Melo Menezes Bernardes
Universidade Estadual de Londrina – Brasil
vivianebernardes94@gmail.com

Ideni Terezinha Antonello
Universidade Estadual de Londrina – Brasil
antonello.uel@gmail.com

Como citar este artigo:

BERNARDES, Viviane Margarida Melo Menezes;
ANTONELLO, Ideni Terezinha. Dinâmicas
Femininas e Segregação Socioespacial: Reflexão a
partir do Conjunto Habitacional Vista Bela –
Londrina, Paraná. **Revista Latino Americana de
Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 66-89, 2019. ISSN
2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Dinâmicas Femininas e Segregação Socioespacial: Reflexão a partir do Conjunto Habitacional Vista Bela – Londrina, Paraná

Dinámicas Femeninas y Segregación Socio Espacial: Reflexión a partir del Conjunto Habitacional Vista Bela – Londrinhas, Paraná

Feminine Dynamics and Socio-Spatial Segregation: A Reflection from the Housing Project Vista Bela – Londrina, Paraná

Resumo

A pesquisa analisou mudanças nas relações socioespaciais das beneficiárias do Minha Casa, Minha Vida, refletindo o padrão segregador dos programas habitacionais nas dinâmicas femininas. A metodologia constituiu-se na pesquisa bibliográfica e na realização de trabalho de campo e entrevista com 30 mulheres residentes no conjunto Vista Bela, em Londrina/PR, entre 02/06/2017 e 9/06/2017. Os resultados apresentaram as tendências de modificações das estruturas familiares e dos papéis femininos. E constata problemáticas da segregação e das dinâmicas femininas, abrindo possibilidades de análises destes elementos em diferentes circunstâncias, mostrando a relevância das discussões em relação à divisão sexual do trabalho e outras problemáticas de gênero na espacialidade.

Palavras-Chave: Segregação; Gênero; Habitação de Interesse Social.

Resumen

La investigación analiza cambios en las relaciones socio espaciales de las beneficiarias de Minha Casa, Minha Vida, reflexionando el patrón segregador de los programas habitacionales en las dinámicas femeninas. La metodología se constituye en la investigación bibliográfica y en la realización de trabajos de campo y entrevistas con 30 mujeres residentes en el conjunto Vista Bela, en Londrinhas /PR, entre el 02/06/2017 y el 09/06/2017. Los resultados presentaron las tendencias de modificaciones de las estructuras familiares y de los papeles femeninos. Y constataron problemáticas de segregación, como también de las dinámicas femeninas, abriendo posibilidades de análisis de estos elementos en diferentes circunstancias, mostrando la relevancia de las discusiones en relación a la división sexual del trabajo y otras problemáticas de género en la espacialidad.

Palabras-Clave: Segregación; Género; Habitación de Interés Social.

Abstract

This research analyzed changes in the socio-spatial relationships of the beneficiaries of the social program 'Minha casa, Minha vida', reflecting the segregating pattern of housing programs in feminine dynamics. The methodology consisted of bibliographical research and interviews with 30 women residents of the Vista Bela complex in Londrina, between 06/06/2017 and 06/06/2017. The results showed the changing trends in the family structures and in feminine roles. Moreover, some problems of segregation and female dynamics were observed, opening possibilities of analysis of these elements in different circumstances, showing the relevance of the discussions regarding the sexual division of labor and other issues of gender in spatiality.

Keywords: Segregation; Gender; Social Interest Housing.

Viviane Margarida Melo Menezes Bernardes, Ideni Terezinha Antonello



Introdução

O Conjunto Habitacional Vista Bela de Londrina, conta com 2700 unidades habitacionais, inaugurado em 2011. Considera-se que o mesmo reproduziu o padrão segregador das políticas públicas habitacionais brasileiras, construído distante dos serviços públicos e privados, e sem a providência da construção de equipamentos sociais essenciais para a população no momento da entrega das moradias. Um modelo de política que compromete a mobilidade urbana e o acesso aos bens coletivos dos (as) beneficiários (as), que para realizarem o “sonho” da casa própria se veem diante de dinâmicas espaciais por vezes mais segregadoras do que de sua antiga localização.

Nesse contexto de segregação o presente estudo busca refletir as relações de gênero na espacialidade, em um recorte temático que privilegia a análise da situação da mulher frente às desigualdades de gênero. O conceito de gênero possibilita a reflexão sobre o ser homem e o ser mulher, desmitificando a subordinação feminina; enquanto categoria de construção social permite analisar a dominação masculina como construção, passível de mudança, e não fatalidade biológica. Tal reflexão se faz essencial na superação das desigualdades de gênero, que se expressam nos mais diferentes âmbitos da sociedade, permeando toda vivência humana.

Essencial, pois possibilita a percepção das diferenças vivenciadas e necessidades geradas frente à desigualdade entre homens e mulheres, as especificidades de gênero, que erroneamente são tradicionalmente homogeneizadas nas análises geográficas (e nas mais diversas ciências) e nas propostas de políticas públicas. Assim a política habitacional do Minha Casa, Minha Vida se torna um rico contexto para a reflexão das relações de gênero na espacialidade e nas próprias políticas, contribuindo para visibilidade das mulheres no espaço geográfico e nas políticas públicas.

O presente artigo está estruturado em dois eixos centrais, no primeiro eixo se realiza uma discussão do referencial bibliográfico sobre objeto na pesquisa, buscando expor o arcabouço teórico-metodológico que alicerçou a pesquisa empírica. O segundo apresenta a análise dos resultados obtidos *in loco* de 02/06/2017 à 09/06/2017, mediante os dados/informações adquiridos na execução de entrevistas com um universo de 30 mulheres residentes no conjunto habitacional Vista Bela, maior empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, realizado em Londrina/PR.

Considerações acerca da Questão Habitacional para Pensar o Programa Minha Casa, Minha Vida

No Brasil historicamente a distribuição das habitações se deu de maneira insuficiente e desigual entre as classes sociais, estando intimamente ligada à fatores estruturais como nos aponta Maricato (2000) ao tratar do processo de urbanização brasileiro, caracterizado pela restrição residencial, visto que:

(...) o operário da indústria brasileira, mesmo muitos daqueles regularmente empregados pela indústria moderna fordista (indústria

Viviane Margarida Melo Menezes Bernardes, Ideni Terezinha Antonello



automobilística), não ganha o suficiente para pagar o preço da moradia fixado pelo chamado mercado formal. (...). No Brasil, onde jamais o salário foi regulado pelo preço da moradia, mesmo no período desenvolvimentista, a favela ou o lote ilegal combinado à autoconstrução foram partes integrantes do crescimento urbano sob a égide da industrialização (MARICATO, 2000, p. 155).

Pode-se considerar que o problema habitacional deficiente como estrutural ao desenvolvimento e reprodução do sistema capitalista. Nesse sentido, Bonduki (1998) relaciona a desigualdade dos centros urbanos brasileiros com a Lei de Terras de 1850, que possibilitou o controle absoluto das elites sobre as terras de forma não superada ainda na atualidade, portanto, a propriedade privada da terra constitui-se um obstáculo para o cumprimento da função social da propriedade urbana.

Esse obstáculo redundado diretamente na questão habitacional brasileira ao longo do processo de urbanização nacional. Lara (2014) resgata as políticas habitacionais brasileira do século XX, iniciadas com Vargas em 1937, mediante o financiamento pelos sindicatos, a qual não atingiu parcela significativa da população empregada na informalidade, que continuou expandindo os processos de favelização, tal política esgota sua produção no final da década de 1950.

A próxima política habitacional, muito mais expressiva no número de unidades e empreendimentos, foi desenvolvida pelo governo ditatorial, com a fundação do BNH (Banco Nacional de Habitação) em 1964, que contribuiu na reimpressão do sentido da segregação no espaço urbano brasileiro, influenciando a expansão descontrolada do tecido urbano, buscando terras baratas distantes dos centros para a realocação das populações das favelas (LARA, 2014), extinto em 1986, após o BNH houve o esvaziamento de políticas habitacionais a nível nacional, que se centraram em experiências municipais.

Nesse período a nível nacional encontram-se avanços legislativos, a partir da Constituição Federal de 1988, com a instituição da função social da terra urbana, que orienta e abre caminho para a formulação do Estatuto das Cidades em 2001 (Lei 10.257/2001), trazendo avanços importantes, como a instituição da Z.E.I.S. (Zona Espacial de Interesse Social) que possibilita, por exemplo, a superação de obstáculos legais para o fornecimento de infraestrutura e o reconhecimento de comunidades em áreas ou situações não regularizadas (LARA, 2014). Nesses apontamentos já é clara a relação da urbanização com os problemas habitacionais, processos inerentes um ao outro no modo de produção capitalista, pois impera o poder da propriedade privada da terra.

Na escala do governo nacional é instituído, em 2009, o programa Minha Casa, Minha Vida, (Lei Federal 11.977/2009) modificada depois pela Lei Federal 12.424/2011 (Minha Casa Minha Vida II). No entanto, inseridos dentro da política do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o duplo intuito de diminuir o *déficit* habitacional e aquecer a economia ameaçada pela crise de 2008; tal projeto se orienta pela lógica do mercado, que como nos aponta Dumont (2014, p.40), não permite superar a distribuição geográfica



desigual, pelo contrário "[...] os eixos norteadores do PAC apontam para a existência e/ou para construção de uma permanente estrutura de produção e reprodução de desigualdades na sociedade brasileira". Caracterizando-se “[...] como política de cunho predominantemente econômico e não social, ou seja, a necessidade de ativar o mercado passou a se sobrepor ao objetivo de redução do *déficit* habitacional para trabalhadores de baixa renda” (LOUREIRO; MACÁRIO; GUERRA, 2013, p. 17).

Assim os empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida seguiram a antiga lógica, assumida desde o BNH, reproduzindo o padrão fragmentado de urbanização (MEDEIROS, 2013), associado ao processo de segregação socioespacial, que se materializa no programa diante da construção periférica dos empreendimentos para a faixa de renda I que compreende a população com até três salários mínimos. Essas políticas públicas de habitação refletiram intensamente na realidade londrinense, foram responsáveis pela grande maioria das habitações populares construídas na cidade, em seus formatos de ampliação da segregação involuntária e de fomentar a especulação imobiliária que marcam profundamente a produção do espaço da Região Norte da cidade (ZANON *et al*, 2015).

É exatamente na Região Norte que se localiza o residencial Vista Bela, que abarcava, em 2015, 76% das unidades totais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Londrina, esse conjunto possui 2.700 unidades construídas em uma área de expansão urbana (ZANON; CORDEIRO; DE ARAUJO JUNIOR, 2015). O programa em seu desenho restringe o número máximo de unidades por empreendimento a 500, no entanto, dividiu-se a gleba entre diferentes consórcios e empreendimentos, contornando a regra burocraticamente, visando maiores rendimentos (CARDOSO; ARAGÃO, 2013 *apud* ZANON; CORDEIRO; DE ARAUJO JUNIOR, 2015), não respeitando tal requisito mínimo de planejamento urbano estabelecidos pelo programa.

Conforme informações obtidas na COAHB (Companhia de Habitação de Londrina) Brambila e Piorobon (2015, p. 34) trazem especificações das unidades do referido conjunto habitacional “[...] sendo: 1.206 casas geminadas, com área de 36,89m², 46 casas adaptadas para pessoas idosas, com área de 37,24m²; 20 casas adaptadas para pessoas com deficiência (PCD), com área de 49,68m², e, 1.440 apartamentos, com área de 43,21m²[...]”. Além disso, os autores levantaram a informação que 840 famílias atendidas vieram de ocupação irregulares¹, mediante o processo de remanejamento das famílias.

Os dados sobre o acesso aos serviços públicos, demonstram um aspecto alarmante deste processo de segregação socioterritorial que marca essa política pública habitacional, isto é, as vagas disponibilizadas pela creche do bairro são 160; escolas de ensino fundamental e médio não existem e a solução do poder público foi o fornecimento de transporte para cerca de 1000 crianças em 23 diferentes escolas da cidade (BRAMBILA; PIOROBON, 2015).

Tais informações nos permitem dimensionar algumas faces da segregação imposta a beneficiárias, que será tratada com mais profundidade

1 As ocupações irregulares se diferenciam dos assentamentos precários por se localizadas em áreas que por lei não são passíveis de regularização, podendo ser áreas suscetíveis de alagamento, com solo instável, áreas de preservação permanente, áreas destinadas a equipamentos comunitários e os fundos de vales (ANTONELLO, 2017).

posteriormente, mediante a reflexão da realidade das entrevistadas. O presente estudo não objetivou esmiuçar as relações entre a segregação involuntária e a questão habitacional, e sim partir dessa questão, já bastante fundamentada, para refletir as relações de gênero frente ao contexto segregador da urbanização. Os elementos apontados até aqui esclarecem qual o olhar que esse estudo lança para a análise dos programas habitacionais e sua relação com a segregação socioespacial, tema que será desenvolvido no desenrolar deste estudo, conforme for se relacionando com as vivências femininas relatadas.

A Perspectiva de Gênero

Nesse contexto, o foco desta pesquisa é a mulher, gênero diz respeito às representações socioculturais acerca do ser homem e do ser mulher, entendendo que estes são elementos construídos socialmente, penetrados de simbologias e relações de poderes, Silva (2007, p. 121b) aponta que o conceito de gênero suscitou muitos debates teóricos na geografia, contribuindo principalmente para a nova geografia cultural; a autora assinala que "[...] gênero é concebido como um conceito e simultaneamente uma representação e, como tal, uma construção social permanentemente renovada, diferenciada espacial e temporalmente [...]", estando este associado a construções culturais, afirma que "[...] as categorias constitutivas da representação de gênero nunca são lineares, causais ou consequentes, mas formam uma complexidade permanentemente aberta pelo movimento da vivência cotidiana" (SILVA, 2007b, p. 122).

Em outro estudo Silva (2007a, p. 99) analisa a lacuna dos estudos de gênero dentro da geografia brasileira. O tema vem sendo desenvolvido por pesquisadoras anglo-saxônicas desde a década de 1970. Silva (2007a) faz um resgate histórico desses estudos; a autora observa que a análise de gênero na geografia se deu em quatro linhas distintas: Mulheres na geografia; Feminismo Socialista; Terceiro mundo/feminismo e políticas da diferença; Feminismo e “nova” geografia cultural. Dentro destas diferentes perspectivas várias foram as metodologias adotadas.

Em relação à produção geográfica feminista no Brasil Da Silva (2013, p. 109) destaca que os primeiros trabalhos foram desenvolvidos na década de 1980, tendo como foco discussões em torno do trabalho; na década de 1990, as temáticas se expandiram, estes estudos inicialmente se concentraram na Região Sudeste, e vão se espraiar para outras localidades do país somente no século XXI, essa expansão foi acompanhada de uma maior diversidade de temáticas e perspectivas (DA SILVA, 2013).

A análise de gênero busca, sobretudo, evidenciar as desigualdades existentes entre os homens e as mulheres, explicitando seu caráter social e combatendo as visões deterministas, que baseadas em elementos biológicos, sustentam tais desigualdades como naturais. Calió (1997, p. 1) destaca que a geografia feminista ao se fundar, no âmbito mundial, assume o compromisso de confrontar o androcentrismo da ciência geográfica, que trata o homem como centro da humanidade e principal agente das transformações na paisagem, invisibilizando as mulheres. Tal crítica não se aplica apenas a ciência geográfica e sim a ciência como um todo, Calió realiza uma análise

sobre o desenvolvimento de estudos sobre esta temática, nas palavras da autora:

[...] Os primeiros estudos centraram-se quase que exclusivamente na ausência das mulheres nas ciências e nas barreiras responsáveis por essa ausência, reivindicando igualdade. Rapidamente o tema foi sendo deslocado para as consequências científicas dessa sub-representação histórica nas Ciências. Questionando a "neutralidade de gênero" dos critérios que definem o que é científico, foi a própria objetividade que se tornou suspeita como sendo um objetivo androcêntrico. (CALIÓ, 1997, p. 2)

Nessa perspectiva este estudo busca contribuir para a discussão habitacional e geográfica evidenciando as problemáticas de gênero, tradicionalmente anuladas na ciência e nas políticas públicas², encontradas no contexto segregador dos programas de habitação populares historicamente desenvolvidos no Brasil. Dois conceitos tiveram centralidade nesta análise, a saber: o Espaço Paradoxal de Rose (1993), um conceito propriamente geográfico, e o conceito de divisão sexual do trabalho, bastante desenvolvido nas diversas ciências sociais.

Como nos aponta Kergoat (2003, p. 1) o conceito de divisão sexual do trabalho foi empregado inicialmente por etnólogos, como Lévi-Strauss, para analisar a complementaridade das tarefas femininas e masculinas, sendo antropólogas feministas “[...] as primeiras, que lhes deram um conteúdo novo demonstrando que ele traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres (MATHIEU, 1991a; TABET, 1998) [...]” (KERGOAT, 2003, p. 1).

Ao analisar a relações sociais de sexo Kergoat (2003) considera a divisão sexual do trabalho o cerne delas, em outro momento, explica que tal divisão é organizada por dois princípios, o de separação e o de hierarquização. A autora afirma que a divisão sexual do trabalho pode ser considerada um paradigma das relações de dominação, ao ser um elemento estrutural das relações sociais, presentes em todas as sociedades conhecidas.

Alves (2013) traz uma reflexão acerca da divisão sexual do trabalho e suas modificações a partir da instalação e desenvolvimento do capitalismo, que foi desencadeando a separação do espaço produtivo do espaço reprodutivo, na medida em que tiram da unidade familiar as atividades produtivas e as transferem para a indústria, mudando a estrutura familiar e produtiva, reservando às mulheres o espaço privado, do lar. O que não significa que a desigualdade de sexo e a divisão sexual do trabalho tenham se iniciado aí, o

2 O programa ‘Minha Casa, Minha Vida’ determina desde sua primeira formulação que a titularidade da casa seja preferencialmente da mulher. Posteriormente a MP 561 de 08 de março de 2012, simbolicamente publicada no dia da mulher, define que nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento ou da união estável, seja registrado ou transferido para o nome da mulher, no entanto, direito atrelado a guarda dos filhos, que caso fique com o ex-companheiro à este que será resguardada a titularidade do imóvel.

que a autora destaca é sua intensificação nesse período, pela separação espacial entre o trabalho produtivo e reprodutivo, uma de suas afirmações nesse sentido é:

O final do século XIX marca a constituição de espaços distintos: o privado e o público, excluindo as mulheres deste último. O discurso que vigorava na época na França e que provocava reflexos também no Brasil apoiava-se nas pesquisas da medicina e da biologia que comprovavam a existência de duas espécies com qualidades e aptidões particulares: “aos homens o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão; às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (PERROT, 1988, p. 177). [...] atribuindo para cada um dos sexos tarefas e espaços específicos [...] O modo de produção capitalista reforça essa ideologia quando estabelece esta separação: da produção, incumbe-se somente o homem; da reprodução, há cooperação de ambos os sexos; e o consumo é o espaço que pertence às mulheres. O domínio das mulheres é o espaço doméstico e o da ‘dona de casa’, a responsável por cuidar dos filhos e gerir a economia doméstica, denominação imposta tanto para a mulher burguesa como para a operária. (ALVES, 2013, p. 281).

Nesse contexto, o olhar feminista busca ampliar o conceito de trabalho, incluindo as atividades desenvolvidas pelas mulheres no espaço privado (DA SILVA, 2013). Dessa forma, Keargoat e Hirata buscaram desmistificar essa divisão sexual, e tratar a dimensão sexual do trabalho, tais estudos apontam a necessidade de ampliar o conceito de trabalho incluindo o trabalho doméstico, o trabalho não remunerado e o trabalho informal, evidenciando assim uma massa de trabalho invisibilizado realizado pelas mulheres (ALVES, 2013).

O conceito de Espaço paradoxal foi desenvolvido por Rose (1993), em uma abordagem pós-moderna, tirando o foco das relações de trabalho e opressão, trilhando este caminho teórico Silva (2007) é uma das autoras expoentes em tal abordagem no Brasil, seu trabalho vai em consonância com a proposta de Rose, conforme Silva o conceito de espaço paradoxal fundamenta-se:

[...] com base em Foucault e enfocando a perspectiva desconstrucionista da ciência geográfica e dos conceitos hegemônicos, Gillian Rose lança seu conceito de espaço paradoxal. Argumenta esta geógrafa que o padrão de gênero instituído é mantido pela força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas. Para ela, não há uma universalidade da conquista pelo poder. Há a transgressão do poder instituído que desenvolve táticas desconstrucionistas à ordem estabelecida. (SILVA, 2007, p. 123)

Assim sendo, o conceito permite pensar as mulheres não apenas como vítimas, evidenciando seus atos de resistência frente às opressões (SILVA, 2007, além disso, o conceito considera as multidimensionalidades e plurilocalidade dos territórios, advertindo que:

Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas, também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto, subverter a ordem de forças entre 'nós' e os 'outros' devido à sua plurilocalidade no território. (SILVA, 2007, p. 123 – 124).

O principal recurso analítico que se buscará no conceito de espaço paradoxal é sua possibilidade de constatar os atos de resistência, evidenciando espaços e situações de autonomia e libertação feminina, considerando também, a multidimensionalidade dos espaços constituídos por meio da política habitacional, que segrega, mas ao mesmo tempo pode possibilitar mudanças e vivências positivas para as mulheres.

Considera-se que estes dois conceitos, a divisão sexual do trabalho e o espaço paradoxal, partem de perspectivas distintas, analisando fatores e âmbitos distintos da vida das mulheres, o que trouxe embasamento teórico-metodológico para pesquisa, difíceis de sintetizar, mas que enriquece as possibilidades de análise; o que se faz importante, principalmente, quando se busca discutir a política pública habitacional, que se situa em um campo bastante pragmático das discussões.

Gênero e Segregação no Residencial Vista Bela, Resultados e Discussões

A entrevista estruturada foi elaborada conforme os dois conceitos que alicerçaram a pesquisa, discutido anteriormente, foram realizadas com 30 mulheres que tinham entre 21 e 67 anos, a grande maioria (20) tinham entre 31 e 46 anos, em relação a formação 10 delas completaram apenas o ensino fundamental, 8 o ensino médio e apenas uma tinha graduação, as demais não possuíam ensino fundamental completo (11). Empenhadas em diferentes ocupações no mundo do trabalho, 17 mulheres vivem em famílias com renda *per capita* de até 470,00 reais. São trajetórias e sujeitas sociais bastante distintas, mas marcadas por elementos comuns em relação às problemáticas de gênero e em relação às problemáticas sociais urbana da habitação, da segregação, sobretudo das desigualdades.

Como elemento da trajetória socioespacial das entrevistadas buscou-se saber da situação habitacional delas antes de serem beneficiadas pelo programa Minha Casa, Minha Vida, para isso baseou-se no conceito de necessidades habitacionais desenvolvido pela Fundação João Pinheiro. Necessidades habitacionais é um conceito amplo, que abarca dois segmentos distintos: o *déficit* habitacional e a inadequação habitacional, o primeiro diz respeito à necessidade de construção de novas moradias e o segundo se refere à problemas na qualidade de vida dos moradores, apontando necessidades de

melhorias dos domicílios já existentes (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIROS, 2016).

O *déficit* habitacional abarca diferentes subcomponentes contemplando “[...] os domicílios improvisados, parte da coabitação familiar e dois tipos de domicílios alugados: os fortemente adensados e aqueles em que famílias pobres (renda familiar até três salários-mínimos) pagam 30% ou mais da sua renda para o locador” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIROS, 2016, p. 19).

Sabe-se que o Conjunto Habitacional Vista Bela atendeu a 840 famílias vindas de áreas irregulares de toda a cidade (fundos de vale, assentamentos e ocupações). Dentro do universo das entrevistadas, 12 famílias vêm de casas alugadas, 11 de ocupações irregulares em fundo de vale e 7 de coabitações em cômodos. Este é o principal elemento da trajetória anterior das entrevistadas, o intuito de colher esta informação foi perceber possíveis especificidades das diferentes condições de origem e modificações que o programa trouxe na vida das beneficiárias.

Por isso um outro eixo de questões buscou apreender a situação habitacional atual, o que fez necessário saber a própria composição familiar das entrevistadas. Encontrou-se nesse universo 21 famílias em situação habitacional regular, 7 coabitações e 3 inadequações. O conceito de necessidade habitacional não leva em conta elementos como a mobilidade e a segregação, dentro da extrema deficiência de moradias no Brasil, ele leva em conta a infraestrutura mínima e condições mínimas de habitação, que ainda assim não foram totalmente atendidas em todos os casos pelo programa. As 3 inadequações se dão pela estrutura das moradias ofertadas, com apenas dois quartos; 3 famílias tinham mais que 3 membros por dormitório, caracterizando a situação de inadequação, portanto, os empreendimentos como o conjunto Vista Bela, muito dificilmente sanam as necessidades das famílias com mais membros que a média.

Um exemplo no universo das entrevistadas é uma família com 11 filhos, a solução encontrada foi a aquisição irregular de um imóvel na frente do que adquiriram pelo programa, onde passou a habitar o pai e os filhos mais velhos; embora as crianças dormissem com a mãe, passavam o dia na casa da frente com a irmã mais velha, uma situação habitacional singular.

Em relação a coabitação seria muito distante esperar que ela não existisse no conjunto, uma estratégia de sobrevivências comum nas famílias brasileiras, no caso, 3 destas 7 coabitações foram posteriores ao programa, por ele prover uma moradia estável e barata, assim as mulheres e suas famílias podem não entender este como um problema da política habitacional ou do programa, mas sim como uma solução a partir dele. Todavia, deve-se atentar, principalmente, para o caráter estrutural do problema habitacional, que isto aponta, com um *déficit* muito além do número de unidades previstas pelo programa e com origem em problemas e dinâmicas estruturais da sociedade. Este problema identificado pede reformas na elaboração da política pública habitacional visando atacar a questão de forma mais ampla que o simples financiamento de casas populares, como por exemplo, a essência familiar – a sua composição .

A composição familiar é um elemento importante em diversas reflexões que este estudo propõe, a família foi durante muito tempo na sociedade ocidental

tomada enquanto instituição sagrada, inclusive sua forma, a constituição nuclear homem, mulher e prole já foi tida inclusive como oficial no Brasil. O casamento definia em lei, qual era o papel do homem e o papel da mulher na organização do lar, legitimando a divisão sexual do trabalho.

Questão que se altera na Constituição de 1988 que prevê direitos iguais entre homens e mulheres, e reconhece arranjos familiares variados, segundo Moraes *et al* (2011, p. 409) tais mudanças jurídicas ocorreram diante de "[...] novas formas de convivência conjugal e realidades familiares antecederam a incorporação constitucional que reconhece e legitima relações e famílias existentes de fato [...]". Quanto aos processos que ocasionaram tal mudança no Brasil, a mesma autora aponta um conjunto de fatores "[...]entre os quais se destacam a industrialização, a expansão do mercado consumidor, a incorporação das mulheres à esfera do trabalho remunerado, o avanço nas técnicas de controle de natalidade e o movimento feminista [...]" (MORAES *et al*, 2011, p. 409).

O conceito de família pode ser entendido sobre diferentes perspectivas: jurídicas, populacionais, antropológicas, religiosas, subjetivas entre outras. Conforme Petrini; Alcântara; Moreira: “[...] família encontra-se em constante modificação, por participar dos dinamismos próprios das relações sociais” (PETRINI; ALCÂNTRA; MOREIRA 2009, p. 268).

O governo brasileiro em suas políticas públicas têm utilizado frequentemente a terminologia ‘unidade habitacional’ e caracterizando as famílias pela divisão e organização de uma mesma residência. O IBGE em seus censos contabiliza e acompanha as modificações das unidades habitacionais. De acordo com o IBGE (2007), de 1996 a 2006, as mulheres chefes de família aumentaram de 10,3 milhões para 18,5 milhões, com uma variação de 79%, enquanto que o número de homens chefes de família aumentou apenas 25% no mesmo período. Silva (2007) traz alguns dados apresentados no relatório do Congresso Nacional pela comissão especial do ano da Mulher, em 2004:

[...]em 1992, 19,3% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres e em 2002 esse percentual passou para 32,1% nas áreas urbanas. 87,3% das mulheres chefes de família não possuem cônjuge ou companheiro. O IBGE constatou no ano 2000 que 91,4% desses domicílios estão localizados nas áreas urbanas. 88,8% das mulheres chefes de família encontram-se em idade reprodutiva, e sua situação de responsabilidade pelo sustento da família decorre da dissolução conjugal, seja por viuvez ou separação. Nestes domicílios, o rendimento nominal mensal médio é de R\$ 591,00 e o mediano, de R\$ 276,00. Além disso, a proporção de crianças de 0 a 6 anos de idade em domicílios com responsáveis mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos é da ordem de 56,6%. A Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial, com base no relatório da Comissão Econômica para América Latina e Caribe editado em 2005, têm apontado para a mesma tendência no âmbito mundial. (SILVA, 2007b,

p. 118).

Em relação ao universo desta pesquisa, 19 mulheres tinham cônjuge e 11 mulheres constituíam família sem parceiro. A grande maioria, 27 mulheres, tinham filhos ou outros dependentes menores na casa. Pode-se sintetizar os arranjos familiares da seguinte forma: 15 famílias nucleares; 3 famílias nucleares com neto (s); 5 Mulheres e filhos; 3 Mulheres com sua filha (co-chefia) e neto (s) e 4 Mulheres com filhas, genro (co-chefia) e neto(s), neste último grupo 3 entrevistadas foram as mães e 1 a filha casada que coabitava, por isso contabiliza-se 11 mulheres sem cônjuge.

Os elementos apresentados até aqui, refletindo principalmente em torno da divisão sexual do trabalho, permitem perceber a relação íntima existente entre família, trabalho e gênero, de forma que as tensões e modificações históricas de um se ligam aos outros. Por exemplo, o aumento de mulheres chefe de família, entre outros elementos, se relaciona com a inserção feminina na esfera produtiva, sobre essa relação o DIEESE traz importantes apontamentos, que corroboram a relação entre família, trabalho e gênero:

É difícil atribuir uma causalidade direta entre a entrada da mulher no mercado de trabalho e o aumento da chefia feminina de domicílios, principalmente porque ambos movimentos decorrem de inúmeras razões que se ligam entre si: emancipação feminina, maior urbanização, aumento de importância do setor de serviços, importância da renda feminina para complementação da renda familiar, maior desagregação familiar e, até mesmo, opção pessoal, entre outros motivos. Porém, é possível observar as relações entre os dois movimentos e a mais clara delas reside no fato de os domicílios com chefia feminina apresentarem constantemente renda inferior àqueles chefiados por homens. A origem desta menor renda estaria associada ao próprio perfil da chefe de domicílio, geralmente sem cônjuge, com baixa escolaridade e com maior idade, bem como às dificuldades de inserção feminina no mercado de trabalho, que usualmente se expressam pela maior taxa de desemprego, inserções vulneráveis e menores rendimentos. (DIEESE, 2004, p. 1)

A consolidação da mulher no mercado de trabalho pode ser tomada como princípio para autonomia, mas também faz surgir novas condições de opressão e desigualdade, na medida que a naturalização da responsabilidade das mulheres pela esfera reprodutiva e a dicotomia entre trabalho doméstico e trabalho produtivo permaneceram junto à sua inserção na esfera produtiva, reproduzindo a hierarquização e a invisibilidade de uma massa de trabalho realizado pelas mulheres.

Ainda sobre a chefia familiar feminina Silva (2007, p. 118 - 119) afirma que embora não seja exclusividade contemporânea na sociedade brasileira, atualmente inclui elementos diferentes e apresenta uma crescente associação com a pobreza. A ‘feminização da pobreza’ é uma temática bastante trabalhada

já nas ciências sociais, o termo é da estadunidense Diane Pearce, que o fundou no fim da década de 1970, para tratar o aumento das famílias chefiadas por mulheres pobres. Sobre esse processo Bhering (2014, p. 35) nos aponta, entretanto, que:

[...] não se pode generalizar que tenham maior propensão de serem pobres em todos os países. Estudos indicam que o grupo de famílias chefiadas por mulheres é muito heterogêneo e na maioria das vezes, o que se encontra é uma associação mais forte entre pobreza e grupos específicos de famílias chefiadas por mulher [...].

A pobreza das famílias monoparentais brasileiras se associam segundo Bhering (2014, p. 36) a outra questão estrutural da sociedade brasileira além da desigualdade de gêneros, a desigualdade social. Nesse contexto de extrema desigualdade, gênero e raça são indicativos da oferta de oportunidades e acesso, principalmente no mercado de trabalho, constituindo grupos de maior vulnerabilidade social.

A vulnerabilidade versa sobre uma maior ou menor disposição para a situação de pobreza, associando-se a situações de desvantagens, que no caso das mulheres chefes de famílias monoparentais pode ser explicado pela seguinte situação apresentada por Castro:

[...] As mulheres de famílias monoparentais [...] foram esposas, ou seja, empobreceram não porque se tornaram chefe de família, porque deixaram de ter um provedor, mas, com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado[...] (CASTRO, 2001, p. 92).

Diante das mudanças na estrutura familiar e nos papéis femininos as mulheres têm se deparado com novos contextos e novos enfrentamentos para sua emancipação, como a ‘feminização da pobreza’ e a dupla jornada de trabalho. Desafios que se somam as dinâmicas socioespaciais das mulheres; diante de tais mudanças e enfrentamentos se abrem possibilidades de resistências e experiências antes não aceitas para as mulheres, dando a estes espaços o caráter paradoxal.

Nesse sentido, outro eixo de questões que se trabalhou na pesquisa se buscou adentrar na esfera do trabalho, elemento importante nas dinâmicas femininas diante de tais transformações, pensada por meio da divisão sexual. No universo das mulheres entrevistadas apresentou-se o reflexo das condições de inserção feminina na esfera produtiva tratados até aqui. Observa-se que três pontos da reflexão teórica se manifestaram acentuadamente, a saber: 1- A consolidação da participação da mulher na esfera produtiva; 2- A precarização da inserção da mulher na esfera produtiva e 3- A reprodução da naturalização da responsabilidade da mulher pela esfera do cuidado.

Das 30 unidades habitacionais visitadas apenas em 5 a responsabilidade de gerar renda era totalmente de homens e apenas 6 mulheres se declararam do lar, demonstrando a participação das mulheres na geração de renda na grande maioria das famílias entrevistadas. No entanto, as atividades do cuidado continuam responsabilidades exclusivamente femininas, sendo dividida igualmente em um caso, das mulheres casadas.

Bem como, foi confirmado o abandono paternal, das 26 crianças com direito à pensão paterna, contabilizadas nas 30 unidades habitacionais, apenas 8 recebiam e 3 mantinham contato afetivo com os pais. No entanto, duas crianças, deste universo, que não moravam com a mãe tinham com ela relação afetiva, essas mães tinham algumas responsabilidades em relação às suas filhas. Nos dois casos, a transferência da guarda era provisória e a mães passavam por problemas psicológicos.

O que demonstra a responsabilização maior das mulheres pelos filhos, principalmente, diante da dissolução conjugal, o que é legitimado socialmente por fatalismos biológicos, tal fato se agrava com as situações como: a longa jornada de trabalho, a ‘feminização da pobreza’, que compõem a massa de serviço produzido pelas mulheres invisivelmente.

A precarização da inserção da mulher na esfera produtiva se constatou pelo maior número de mulheres desempregadas, enquanto 7 das 20 mulheres dispostas ao mercado de trabalho (excluiu-se as do lar, as inválidas e aposentadas) estavam desempregadas. No caso dos 19 companheiros, 16 estavam inseridos no mercado de trabalho, os demais encontravam-se desempregados, estando todos disponíveis ao mercado de trabalho. Das 13 mulheres ocupadas em atividades produtivas, 8 tinham registro na Carteira de trabalho, as outras 5 mulheres desempenhavam atividades informais de baixo retorno.

A expansão da participação da mulher no mercado de trabalho se inicia no Brasil a partir da década de 1970, associando-se ao desenvolvimentismo e permanecendo na década de 1980, mesmo com a estagnação econômica (LEONE, 2000 *apud* MENDES, 2005, p. 71). Na década de 1990 essa participação é novamente intensificada e consolidada, o que se associa aos movimentos de flexibilização e precarização do trabalho desse período. Ao se analisar os efeitos da globalização sobre o mundo do trabalho Hirata constata diferenças sobre os gêneros nesse processo, apontando que:

[...] se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres ao nível mundial, com a exceção da África subsahariana (...) tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis [...]. (HIRATA, 2002, p. 143)

Outra especificidade importante apontada pela autora nesse contexto são as diferenças existentes entre dois segmentos de emprego feminino, o

estabilizado e o precarizado, o primeiro correspondendo à uma minoria significativa de mulheres em profissões executivas e intelectuais e o segundo às mulheres ditas de baixa qualificação, com baixa remuneração e sem reconhecimento social; entretanto, estes dois segmentos têm em comum sua concentração em setores como serviços pessoais, saúde e educação, associados às atribuições femininas (HIRATA, 2002).

A consolidação da inserção da mulher na esfera produtiva se configura, diante desse contexto, em uma situação paradoxal. Separadas dos espaços produtivos no início do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que deixou para as mulheres as atividades reprodutivas nos lares, diminuindo o custo de reprodução da mão de obra, as mulheres vão ter sua reinserção consolidada nesses espaços em um contexto de precarização e instabilidade, como, novamente, uma possibilidade de intensificar a mais-valia, de diminuir os custos da produção. E, sobretudo, não alcançam a valorização das atividades tidas como masculina, não se vêm desvencilhadas das atribuições tidas como femininas, reproduzindo os princípios de separação e hierarquização da divisão sexual do trabalho, o que para Hirata e Kergoat demonstra a plasticidade dessa divisão sexual, onde tudo muda, mas as distâncias entre os gêneros continuam (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Essa dinâmica se expressa no universo estudado, percebe-se a presença de mulheres do segmento precarizado, inseridas em atividades sexualizadas e muitas informais de baixíssimo rendimento, vejamos as ocupações: 2 em serviços de limpeza, 4 em atendimento ao público, 2 fazendo reciclagem informalmente, 2 babás em casa, 1 vendedora autônoma, 1 enfermeira e 1 estoquista.

Se destacou o desenvolvimento de atividades que tornam possível às mulheres conciliarem a presença no ambiente doméstico com a geração de renda, no caso, as trabalhadoras com reciclagem, as babás e a vendedora autônoma. A conciliação foi uma noção promovida em políticas de emprego voltadas às mulheres na França, Kergoat e Hirata, além de outras estudiosas, apontaram nesse contexto que tal noção implicitamente exclui a participação dos homens na esfera reprodutiva, permanecendo a responsabilidade sobre a mulher (KERGOAT; HIRATA, 2007).

Na realidade brasileira a conciliação não é promovida, no contexto analisado foi buscada pelas mulheres diante da naturalização da responsabilidade das atividades domésticas atribuída a elas, somada à necessidade de maior renda familiar e à precariedade de inserção delas na esfera produtiva que não abre muitas opções. Kergoat e Hirata apontam ainda que as discussões sobre a noção de conciliação direcionam para a substituição dessa noção “[...] por noções como ‘conflito’, ‘tensão’, ‘contradição’ para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres” (KERGOAT; HIRATA, 2007, p. 605).

Outro eixo de questões buscou elementos em relação à renda, assim interligados à esfera da divisão sexual do trabalho, focando no poder administrativo da mulher sobre renda individual e familiar e no acesso ao consumo individual das entrevistadas. Nesse universo, apenas 1 casa é administrada centralmente pelo marido e 2 pelo genro; mulher e marido

igualmente são 10 casas; centralmente mulheres 12 casas (abarcando 5 mulheres com cônjuge) e nas 5 famílias restante as mulheres tinham poder de decisão apenas sobre a sua renda individual, familiar não (abarcando 4 mulheres com cônjuge).

Essa incumbência conforme Carloto e Mariano (2010, p.464) “[...] não está relacionada à capacidade de ganhar dinheiro, mas sim ao papel de dona de casa”, dessa forma, a mulher o faz por ser a administradora do lar. O que envolve tanto uma dimensão simbólica como prática da vida familiar, na qual é ela que, diante da divisão sexual do trabalho, pode saber tomar as melhores decisões para equilibrar o orçamento e potencializar os recursos no espaço reprodutivo.

Ainda que seja um reforço aos papéis de gênero como afirmam as autoras supracitadas, ao se comparar a situação que a mulher não tem esse controle administrativo e encontram-se excluídas da esfera produtiva (sem renda individual, o caso de 5 mulheres entrevistadas), a possibilidade desse controle administrativo pode ser percebida por essas mulheres como uma relativa liberdade.

Outro elemento desse eixo, importante para relacionar com a administração da renda familiar, é em relação ao consumo exclusivamente individual, o que no universo desta pesquisa se identificou que: 8 mulheres realizam frequentemente; 8 mulheres raramente; 11 mulheres não compravam nada para si, 3 tinham essa possibilidade de consumir quando estão trabalhando. O que demonstra que a administração exercida por elas em relação à renda familiar é pensada em benefício da família, salientando o reforço ao papel de dona de casa dessa incumbência. Também confirma a restrição financeira das mulheres entrevistadas e seus familiares.

Para tratar dos problemas mais diretos com a segregação e localização do Vista Bela buscou-se na entrevista estruturada 6 elementos: (1) Mudanças na rotina da mulher e família; (2) dificuldades com a nova localização; (3) impossibilidades com a nova localização; (4) aumento da distância de serviços públicos, privados e das atividades rotineiras em relação à antiga localização, (5) mudanças na relação com os vizinhos e (6) discriminação. Essas perguntas muitas vezes remeteram aos mesmo fatos na vida das mulheres, no entanto evidenciaram elementos diferentes.

Em relação às mudanças na rotina 16 mulheres consideraram não haver mudanças, 1 mulher considerou sua rotina mais fácil pois passou a desenvolver seu trabalho com reciclagem em um comércio local, já outras 13 consideraram sua rotina mais difícil, o principal motivo, apontado por 8 mulheres, foi o maior tempo para locomoção; mas o que mais chamou a atenção foram 4 mulheres que disseram parar de trabalhar diante localização do bairro. Duas delas tiveram que deixar o serviço por terem filhos pequenos e perderem a possibilidade de deixá-los na creche ou com a avó. Tendo em vista, que a incumbência de levar os filhos para as redes de apoio de cuidado, geralmente é delegada às mulheres.

Desse modo, a localização do conjunto em relação ao local do trabalho, passou a consumir muito mais tempo antes e depois do turno de emprego, e elas não conseguiram creche ou alguma rede de apoio próxima a nova localidade. A saída delas do mercado de trabalho, ainda que seja reflexo da

condição precária da mulher no mundo produtivo e da reafirmação dos papéis de gênero, de certa forma foi possibilitada por serem casadas e terem alguma segurança na renda do marido, ainda assim significando grande perda de recurso familiar e principalmente da mulher.

Já as 2 mulheres sem cônjuge com filhos em creches da antiga localização, resistiram na esfera produtiva, mas foram afetadas, uma tirou os filhos da creche, o que foi possível por ser vendedora autônoma em casa, ela não considerou sua rotina mais difícil por isso; já a outra chefe de família com filho em creche teve que enfrentar o maior tempo de deslocamento, acordando mais cedo e chegando mais tarde em casa, comprometendo as horas de não-trabalho, já reduzidas para as chefes de família, até conseguir vaga na creche do Vista Bela.

As outras 2 mulheres que apontaram como mudança negativa na rotina a perda de emprego foram por situações diferentes. Uma delas trabalhava com reciclagem informalmente, na nova casa, além da distância de outros bairros, não há espaço suficiente para a separação e estoque dos materiais reciclados. Na entrevista ela relata a diminuição da sua qualidade de vida, isso por não poder mais trabalhar como antes e por ter mais ônus na residência atual, visto que recebeu agregados e deixou de se enquadrar em faixas de consumo para subsídio governamental na tarifa de luz e água, sendo que a parcela da casa não era tão menor que seu antigo aluguel.

A última mulher que apontou a perda de emprego atribuiu a dificuldade de arrumar novos trabalhos diante do preconceito com os moradores do bairro, o que disse afetar muito sua profissão de empregada doméstica, a qual desenvolvia geralmente sem registro em carteira, o que compromete suas referências, no momento da entrevista ela estava desempregada. Uma última mulher apontou uma rotina mais difícil por ter diminuído extremamente suas possibilidades de lazer.

Em relação às dificuldades com a localização as mulheres que apontaram não haver mudanças diminuíram para 10. As dificuldades com a localização apontadas foram distância para trabalho (9); Acesso a serviços de Saúde (3); Acesso à escola dos filhos (4); Acesso a serviços diversos (4). Contudo, 14 mulheres apontaram não ter impossibilidades em suas vidas com a localização. As impossibilidades apontadas são: acesso ao lazer (11); participação em reuniões escolares (1); Emprego (4).

Embora 16 mulheres tenham apontado não haver mudanças em sua rotina e 10 não terem tido dificuldades com a nova localização, na ampla maioria dos casos todos os serviços elencados, entre público e privados, foram distanciados das mulheres em relação a sua antiga moradia, no caso em que não foram todos, foram a grande maioria e os serviços que não se distanciaram é porque também eram distantes da antiga moradia, tendo a distância parecida com a moradia atual.

Outro elemento, voltado à mobilidade, que mostrou uma alta desigualdade entre os gêneros, foi a questão de quem na residência sabia dirigir, o resultado entre as casadas (19) se destacou, em 4 residências ninguém sabia dirigir, em 4 a mulher e o homem sabiam, em 3 residências apenas o marido e filhos homens sabiam e na maioria das residências de mulheres casadas (8) apenas o homem sabia. Todavia, apenas em 8 residências haviam de fato veículos, a

questão era saber quem teve essa possibilidade de aprendizado na vida; o que demonstrou ser bem mais raro para as mulheres.

Mediante a comparação da relação das mulheres com os vizinhos atuais entre a relação que mantinham com os vizinhos anteriores buscou-se observar as alterações nas redes sociais estabelecidas por elas. Meneses (2007) sintetiza as características e os constituintes das redes sociais, definindo-as como “[...] um sistema aberto em permanente construção, que se constroem individual e coletivamente. Utilizam o conjunto de relações que possuem uma pessoa e um grupo, e são fontes de reconhecimento, de sentimento de identidade, do ser, da competência, da ação” (MENESES, 2007, p. 24). Sluzki (1996) aponta algumas funções que as redes podem apresentar “[...] companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselho, regulação social, ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos” (*Apud* PINTO; PONTES; SILVA, 2013, p. 299).

Os vizinhos compõem, principalmente nas famílias pobres, importantes redes sociais, sendo frequentemente considerados nos estudos sobre o tema, principalmente ao tratar das redes de apoio, fazendo parte do que Kern (2003) denominou de redes primárias, constituídas por uma natureza afetiva. No contexto desta pesquisa, essas redes, muitas vezes, assumem funções que não são atendidas pelas denominadas redes secundárias, das quais fazem parte as instituições e organizações sociais, onde estão as pessoas capacitadas para fornecer atenção, orientação e informação (KERN, 2003, *apud* MENESES, 2007, p. 45).

Como salienta Meneses (2007) é preciso diferenciar redes sociais de apoio social para se conceituar as redes de apoio, sendo o apoio social à função das redes com efeito sobre o bem-estar das pessoas, assinalando que “Como esta forma de interação aparece nas diferentes comunidades, que são unidades geográficas, este tecido poder-se-ia denominar rede de redes” (MENESES, 2007, p. 63).

Pode-se considerar que os estudos de psicologia social as redes sociais, e mais especificamente as redes de apoio, têm um aspecto geográfico, segundo a composição espacial das comunidades e a proximidade das pessoas (vizinhos), além das ideias dos autores citadas acima, fica o exemplo do estudo já citado de Meneses (2007), que entre outros elementos, analisa as redes sociais a partir das migrações.

A mudança de bairro, não só pela distância do Vista Bela, que impactou as redes sociais secundárias, com o afastamento dos aparelhos urbanos; interferiu fortemente as redes sociais primárias das mulheres. Os resultados desta pesquisa sobre a relação com os vizinhos atuais em comparação com os anteriores corroboram a cristalização dos impactos negativos do programa sobre a vivência territorial das famílias. Para 4 mulheres que já estabeleceram no Vista Bela maiores laços sociais que no antigo bairro a mudança foi positiva; 11 mulheres disseram não haver diferenças e 15 entrevistadas consideraram suas relações anteriores melhores, dentre essas 5 mulheres relataram inimizades com os vizinhos atuais.

Além desse aspecto, em outros momentos da entrevista, foi percebida a perda de redes de apoio fundamentais para as mulheres desenvolverem suas atividades no espaço produtivo, o caso já citado das duas mulheres que

deixaram o emprego por perderem a possibilidade de deixarem os filhos, uma com a mãe e a outra na creche. As redes de apoio, como apontam Pinto, Pontes e Silva (2013), fazem parte das estratégias familiares para entrada das mulheres na esfera produtiva e para adaptação de outras possíveis mudanças que envolvem a redefinição da divisão sexual do trabalho.

As duas intrigas entre vizinhos que foram pormenorizadas estavam diretamente relacionadas com o molde padronizado das habitações da política habitacional atual, nos dois casos aconteceram entre os vizinhos que dividem terreno, por serem as casas geminadas. Em um dos casos a mulher relatou que pediu para o vizinho abaixar o som porque seu bebê estava dormindo, o vizinho ficou incomodado, brigaram e ainda vivem em conflito, havendo em suas palavras uma ‘guerra de barulho’. A outra mulher relatou que com a proximidade das casas, inclusive a do lado que não é germinado, é difícil os vizinhos não saberem um da vida do outro, o que segundo a entrevistada tem gerado muitas intrigas no bairro.

A discriminação foi uma faceta da segregação bastante expressada pelas mulheres. Apenas 6 disseram não sofrerem discriminação ou estigmatização por serem moradoras do bairro. Comentários negativos em programas da TV local, no trabalho e entre amigos foram descritas como situação de estigma por 12 mulheres. Já 2 mulheres relataram situações de maior discriminação em serviços públicos e privados, apontando tratamento diferente quando informavam seus endereços. 2 mulheres disseram sentir dificuldade para conseguir emprego, e 7 mulheres disseram ser frequente as situações de preconceito variadas sem entrar em detalhes da situação; esta questão muitas vezes trouxe desconforto inclusive às mulheres que não relataram situações de discriminação.

Ainda houve o relato de vergonha quando necessário informar o endereço e a diminuição de visitas não só pela distância do conjunto, mas também pelo estigma da região. Essa situação foi identificada por Pagani e De Moraes (2016) no estudo sobre as famílias do Vista Bela, ao afirmarem que as famílias “[...]viveram a perda de identidade territorial, a fragilização dos vínculos e das suas relações sociais e no processo de reterritorialização se deparam com situações de privações [...]” (2016, p. 86).

Os elementos que foram buscados nas vivências femininas trouxeram na maioria dos casos impressões negativas sobre a dinâmica socioespacial e a qualidade de vida das mulheres e seus familiares. Para além destes elementos, considerou-se importante buscar reconhecer a percepção delas sobre as mudanças em seu papel com a casa própria e a percepção delas sobre o programa. Para esse segundo objetivo questionou-as se eram a favor de mais conjuntos como o Vista Bela e o significado da casa própria para elas.

Sobre as mudanças de papel 17 mulheres apontaram não haver; se destacaram 7 mulheres que reconheceram maior autonomia e liberdade com a casa própria, todas essas mulheres apontaram isso por terem saído de coabitações, viviam no quintal de outros familiares, que acabavam interferindo nas dinâmicas de sua família e sobrepondo a vontade delas. Já as 4 mulheres que pararam de trabalhar pela localização relataram que seu papel agora é voltado para o ambiente doméstico, o que foi percebido diferente dentro de cada situação. Outras 2 mulheres ao ser questionada sobre seu atual

papel relataram terem agora mais responsabilidades dentro de casa, sem referenciar-se o porquê, o que ficou claro é que sentiam sua rotina mais difícil no bairro.

Sobre concepção do programa habitacional apenas 4 mulheres defenderam a construção de novos empreendimentos sem críticas, todas vindas de áreas insalubres e irregulares. Ainda assim apenas 2 se disseram contra programas habitacionais nesse modelo, vindas de remanejamento forçado. 14 mulheres disseram ser a favor de novos empreendimentos desde que se melhorasse a qualidade das casas; apenas 2 citaram a qualidade e localização, demonstrando a naturalização da segregação das habitações populares, pouco citada como uma reclamação ao programa; 8 mulheres criticaram a seleção dos beneficiários como injusta.

Em relação ao significado da casa própria 19 mulheres consideraram uma melhoria na qualidade de vida; 9 um sonho realizado e 2 mulheres que vieram de remanejamento forçado, tendo boas casas em áreas irregulares, não veem mudanças positivas.

Para uma melhor compreensão de tais percepções seria importante entrecruzar os perfis de cada grupo de resposta. Além deste elemento, muitos outros não foram esmiuçados neste artigo, dentro da riqueza de informações das entrevistas, como as mudanças no arranjo familiar; acesso das mulheres ao lazer e ao tempo livre, e a forma como vivem esses momentos. Além da possibilidade de aprofundar a análise de qualquer questão trabalhada se postas em contraposição ao perfil de renda, origem, escolaridade, estado civil, faixa etária entre outros aspectos da vida das diferentes mulheres entrevistadas, que não finaliza nesta reflexão e pesquisa.

Considerações Finais

Os elementos apresentados foram os resultados mais gerais das entrevistas. O reconhecimento do campo por meio das perspectivas das mulheres, de elementos de suas vivências, experiências e dinâmicas espaciais demonstraram a relevância da perspectiva de gênero na espacialidade, foi possível a constatação de muitas especificidades femininas, desconsideradas em geral e, particularmente, na elaboração das políticas públicas habitacionais e ainda pouco levantadas nas mais diversas ciências.

A segregação marca profundamente a política habitacional brasileira trazendo impactos diferentes para homens e mulheres; ainda que sem dúvida afetam também as vivências masculinas, são as mulheres que se encontram em um contexto de maiores desigualdades e vulnerabilidade; com maior precariedade no mercado de trabalho; que acessam mais recorrentemente aparelhos urbanos essenciais nas atividades do cuidado e, principalmente, que encontram mais desafios para conquista de autonomias e para o exercício da cidadania. O programa mostrou afetar negativamente muitos elementos essenciais para o avanço feminino e das dinâmicas socioespaciais das mulheres e ainda mostrou contribuir para situações de reforço dos papéis de gênero.

A partir do *déficit* habitacional brasileiro é possível constatar a necessidade de políticas habitacionais, a percepção das mulheres sobre o significado da casa própria e sobre o programa Minha Casa Minha Vida corroboram com essa

necessidade, e apontaram fortemente necessidade de melhorias na política habitacional e no programa Minha Casa, Minha Vida.

As mulheres constatarem as dificuldades impostas pelo programa e paradoxalmente compreendem melhoria na sua qualidade de vida, isso pois a situação anterior ou geravam ônus excessivo, ou eram habitações insalubres e irregulares ou coabitam mais de um núcleo familiar. As questões habitacional e fundiária são desafiadoras na trajetória das beneficiárias mesmo depois de atendidas pelo programa, que trouxe problemáticas socioespaciais diferentes para elas.

Em muitas entrevistas ficou claro a percepção que uma casa própria é uma herança, e que mesmo hoje trazendo muitas dificuldades, o futuro pode ser melhor, as mulheres salientam que a vida pode ser diferente para seus filhos, o que se pode entender como uma estratégia assumida visando a quebra do ciclo intergeracional da pobreza, o que poderia constituir tema para outra pesquisa.

A perspectiva feminista mostrou enriquecer a análise das relações socioespaciais, em especial aqui a segregação e a habitação. As discussões sobre a divisão sexual do trabalho permitem ampliar a perspectiva sobre o funcionamento do modo capitalista, de forma que se imprime no espaço geográfico, com a separação de espaços produtivos e reprodutivos, quais são desigualmente acessado por homens e mulheres.

Nos principais pontos abordados para se tratar da segregação a divisão sexual do trabalho mostrou-se presente nas dinâmicas femininas, lembrando: Rotina da mulher e da família; problemas gerados com a localização, acesso aos serviços e bens coletivos, relações com os vizinhos. Além disso o conceito de divisão sexual do trabalho elucidada a relação existente entre família, trabalho e gênero, de forma que família e trabalho muito influenciam as possibilidades de autonomias para as mulheres.

O conceito de espaço paradoxal e a perspectiva das mulheres enquanto sujeitas permite aprender situações que fogem das tendências estruturais, esclarecendo elementos dos atos de resistência das mulheres frente às desigualdades de gênero e classe, principalmente aqui, no que se referiu à situação da mulher no mercado de trabalho e a política habitacional segregadora.

Referências

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 2, p. 271 - 289, 2013.

ANTONELLO, Ideni Terezinha. EXCLUSÃO SOCIOTERRITORIAL: LIMITES E AVANÇOS NO PDMP – Plano Diretor Municipal Participativo de Londrina/PR. **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, XII**, Porto Alegre-RS, 2017.

BHERING, Liliane Souza. **Geografia e Gênero: trajetórias socioespaciais de mulheres chefes de família do bairro de Bom Jesus**. 2014. Monografia (Bacharel em Geografia.) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

Viviane Margarida Melo Menezes Bernardes, Ideni Terezinha Antonello



BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRAMBILLA, Renato César; PIEROBON, Flávio. O direito social à moradia e sua necessária ligação a outros direitos sociais: análise do residencial Vista Bela em Londrina-Paraná. **Revistas de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR**, v. 18, n. 1, p. 25 – 43, 2015.

CALIÓ, Sonia Alves. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. **Encuentro de Geografos de America Latina**, v. 6, p. 1 - 9, 1997.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao programa minha casa minha vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (Org.). **O Programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013p. 17 - 66.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 451 - 471, 2010.

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. **Mulher e trabalho**, v. 1, p. 89 – 96, 2001.

DA SILVA, Susana Maria Veleda. A contribuição dos estudos de gênero para a compreensão da geografia do trabalho: uma pauta para discussão. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 2, p. 106 - 117, 2013.

DIEESE. **A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho**. Edição especial, março de 2004. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/mulher_chefe.pdf> Acesso em 26 novembro de 2017.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. Uma Análise da Política Urbana e Habitacional no Brasil: a construção de uma ilusão. **Áskesis**, v. 3, n. 1, p. 23, 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte: FJP, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595 - 609, 2007.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, n. 17 - 18, p. 139 - 156, 2002.

IBGE, 2007. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006**. [on line] Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=236018>>. Acesso em 3 de Junho de 2017.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

KERN, Francisco Arseli. **As Mediações em redes como estratégia metodológica do serviço social**. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LARA, Fernando Luiz. Cidades na era Lula o lento abandono dos processos participativos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, p. 245 - 262, 2014.

LEONE, Eugenia Troncoso. Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **Trabalho e Gênero: mudanças, permanência e desafios**. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LOUREIRO, Maria Rita; MACÁRIO, Vinicius; GUERRA, Pedro. **Democracia, arenas decisórias e políticas públicas: o Programa Minha Casa, Minha Vida**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília B. Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (organizadores). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 1 ed. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 121 - 192.

MEDEIROS, Sara. Política habitacional e segregação: o Estado reproduzindo as ações do mercado. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 4, p. 153 - 176, 2013.

MENDES, Mary Alves. **Mulheres chefes de família em áreas Z.E.I.S.: Gênero, poder e trabalho**. 2005. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

MENESES, Maria Piedad Rangel. **Redes sociais–pessoais: conceitos, práticas e metodologia**. 2007. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. A nova família e a ordem jurídica. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 407 – 425, 2011.

PETRINI, João Carlos; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos de; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. Família na Contemporaneidade: uma análise conceitual. In: MENEZES, José Euclimar Xavier de; CASTRO, Mary Garcia (Orgs.). **Família, população, sexo e poder: entre saberes e polêmica**. São Paulo:

Viviane Margarida Melo Menezes Bernardes, Ideni Terezinha Antonello



Paulinas, 2009.

PAGANI, Eliane Barbosa Santos. A Financeirização Da Política De Habitação De Interesse Social Em Londrina/Pr. **Encontro Nacional de Geógrafos, XVIII**. São Luis-MA, 2016.

PAGANI, Eliane Barbosa Santos; DE MORAES ALVES, Jolinda. Território e Desterritorialização na política de Habitação de Interesse Social em Londrina/PR. In: CONSERVA, Marinalva de Souza; ALVES, Jolinda de Moraes; SILVA, Emanuel Luiz Pereira da. **Territórios em Diálogo: os chãos como ponto de partida para as políticas sociais brasileiras**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016, p. 72.

PINTO, Neuzeli Maria de Almeida; PONTES, Fernando Augusto Ramos; SILVA, Simone Souza da Costa. A rede de apoio social e o papel da mulher na geração de ocupação e renda no meio rural. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 297 - 315, 2013.

PRZYBYSZ, Juliana; FIORAVANTE, Karina Eugenia. Parentalidade: Gênero e famílias monoparentais femininas a partir de uma abordagem geográfica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS. - Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br/9>. Acesso 20 de abril de 2017.

ROSE, Gillian. **Feminism & geography: the limits of geographical knowledge**. 1 ed. Cambridge: Polity Press, 1993.

SILVA, Joseli Maria. Amor, Paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. **Espaço e cultura**, n. 22, p. 97 - 109, 2007a.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, v. 22, n. 44, p 117 - 134, 2007b.

SLUZKI, Carlos. **La red social: fronteras de la práctica sistémica**. 1 ed. Barcelona, España: Gedisa, 1996.

ZANON, Elisa Roberta; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida; DE ARAUJO JUNIOR, Miguel Etinger. Avaliação das políticas habitacionais na Região Metropolitana de Londrina-PR. **Serviço Social em Revista**, v. 18, n. 1, p. 194 - 218, 2015.

Recebido em 23 de abril de 2018.

Aceito em 13 de outubro de 2018.

Viviane Margarida Melo Menezes Bernardes, Ideni Terezinha Antonello

